

## APresentação

---

Do imaginário do Paraíso à expectativa apocalíptica, da demanda de uma inteligibilidade para o real à procura de um preenchimento do humano, a tradição do utopismo, no Ocidente pelo menos, desenvolveu-se em estrita conexão com os domínios da vivência espiritual e da reflexão sobre a transcendência, configurando-se, até certo ponto, como uma derivação laicizante de matrizes religiosas fundamentais.

>>

Assentando no reconhecimento desta ligação profunda, e querendo contribuir para explorá-la, o Colóquio Interdisciplinar *Utopia e Espiritualidade* realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 17 e 18 de Outubro de 2008, numa organização conjunta do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILCML) e da Fundação SPES. O Colóquio visava, em primeiro lugar, dar cumprimento à linha de investigação “Utopia e Espiritualidade”, definida nos planos de trabalho do projecto de investigação *Utopias Literárias e Pensamento Utópico: A Cultura Portuguesa e a Tradição Intelectual do Ocidente – III*, sediado no ILCML e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Visava, em segundo lugar, e em estreita colaboração com a Fundação SPES, chamar a atenção para a dimensão utópica da obra de D. António Ferreira Gomes. O programa do Colóquio integrava aliás um painel temático sobre D. António, que não foi contudo possível reproduzir neste volume, uma vez que nem todos os palestrantes disponibilizaram os textos para publicação.

Em todo o caso, o presente volume dá conta, de forma bastante fiel, da forma como se desenvolveram os trabalhos do Colóquio, e de como o diálogo interdisciplinar e inter-religioso poderá dar frutos importantes, não apenas para o benefício das relações multi-interculturais, mas também para um conhecimento mais profundo do objecto de estudo multifacetado que são as tradições do pensamento utópico.

O volume segue a organização típica dos *Cadernos de Literatura Comparada*, oferecendo, num primeiro momento, uma secção temática (neste caso sobre "Utopia e Espiritualidade"), seguindo-se-lhe uma secção *Vária* e uma secção de recensões.<sup>1</sup>

8>9

## Utopia e Espiritualidade

O ensaio de José Eduardo Reis que abre este volume parte da tese de Northrop Frye de que a Bíblia é o grande código da literatura ocidental e representa, nas palavras do ensaísta, "o modo utópico de representar ideológica e textualmente o mundo". Reis lembra que a utopia não tem apenas uma matriz judaico-cristã, resultando antes da confluência desta com o mito helénico de uma sociedade ideal. O seu ensaio, contudo, centra-se na análise da relação ancestral entre utopia e cristianismo. A reflexão que nos oferece repousa, por um lado, na análise no Livro dos livros, e, por outro lado, integra importantes contributos de filósofos e estudiosos das grandes estruturas míticas como Ernst Bloch, Mircea Eliade e Northrop Frye. Explorando temas como o código edénico bíblico e a "esperança milenarista apocalíptica da salvação dos santos cristãos" (particularmente na perspectiva portuguesa do Quinto Império formulada por Vieira e retomada por Pessoa e Agostinho da Silva), o artigo de José Eduardo Reis oferece uma importante reflexão preambular a este conjunto de ensaios e fornece o pano de fundo teórico para a relação entre utopia e espiritualidade aqui explorada por outros autores.

Na verdade, os três ensaios que se seguem constituem variações sobre essa relação, remetendo para a forma como sobre ela reflectem três religiões maiores do passado e da contemporaneidade: o cristianismo, o islamismo e o budismo.<sup>2</sup> Apesar de os textos serem de natureza diversa — o primeiro é escrito num registo confessional / celebratório, o segundo num registo explicativo / evangelizador e o terceiro num registo informativo / ensaístico —, todos exploram a ideia de transcendência espiritual, relacionando-a com o conceito de utopia.

Curiosamente, Pedro Vilas Boas Tavares abre o seu texto ressaltando que a ideia de utopia, tal como ela é normalmente definida, não é rigorosamente aplicável ao pensamento de D. António Ferreira Gomes. E argumenta: a cosmovisão cristã, embora perpassada pelo “princípio-esperança” utópico, prevê que o ideal de vida se realize “num tempo e num espaço concretos”; o futuro, nesse sentido, não é algo de difuso, mas um tempo “absoluto” de plenitude. E acrescenta: “a mundividência cristã pressupõe a ultrapassagem da utopia pela história”. Após a ressalva inicial, o texto de Tavares repousa na consideração da palavra escrita de D. António Ferreira Gomes, mais particularmente daquela que testemunha o seu “sentido profético de denúncia de males sociais institucionalizados” e a sua vontade de assistir, em Portugal, a um momento de reforma e de regeneração sociais. Movido por uma “fé optimista na perfectibilidade cristã do homem e da sociedade”, argumenta Tavares, D. António “não pediu o irrealizável”. Não foi por isso utópico, mas antes cristão, “pois os pressupostos e reivindicações basilares do antístite em matéria de pastoral social” baseiam-se, antes de mais, nos ensinamentos do Evangelho.

O texto de Abdul Rehman assume claramente um registo de explicação e divulgação da fé islâmica, dos seus dogmas essenciais e da sua cosmovisão. A vida do muçulmano, explica Rehman, gira sempre em torno da religião e esta, por sua vez, consubstancia-se numa tentativa constante de conhecimento — do Outro, do Eu, de Deus. A descrição do sufismo (o esoterismo islâmico) ocupa uma boa parte do ensaio de Rehman, e é neste

>>

ponto que ele mais se aproxima da ideia de utopia. Na verdade, como argumenta o autor, as sete etapas do sufismo conduzem o muçulmano num caminho ascendente, sendo a anulação do Eu – atingida na última etapa – condição para o acesso à visão de Deus. Como explica Rehman, a sétima etapa corresponde “ao grau mais puro da fé e da espiritualidade e é apenas suplantável pelo encontro com Deus depois da morte, momento em que a utopia, no sentido pleno, é realizada”.

O longo ensaio de Paulo Borges introduz-nos no mundo do budismo, mais concretamente na consideração da experiência da morte e do processo de pós-morte nesta religião. Apoiando-se numa cuidadosa análise do *Livro Tibetano dos Mortos*, Borges descreve as diferentes etapas desse processo, apresentando-as como um *continuum* onde aquilo “a que se chama nascimento, vida, morte, experiência pós-morte e renascimento” não são senão “momentos de um mesmo processo de produção, dissolução e reprodução ilusória e inconsciente de modos e formas de consciência e vida condicionados pelo desconhecimento do fundo e energias primordiais a partir dos quais tudo emerge”. Mas na verdade, como salienta Borges, o *Livro Tibetano dos Mortos*, mais do que um livro sobre a morte ou sobre o nascimento e a vida, é um “livro do espaço”, que se debruça sobre um “espaço primordial de vacuidade”. É precisamente neste espaço de despojamento do terreno que o ser humano se apercebe de que lhe é possível reflectir com lucidez sobre as falsas percepções que ele tem da vida e de si mesmo e sobre o seu papel a cumprir no mundo. E é precisamente neste espaço de vazio que encontramos a alotopia budista.

Do espaço de vacuidade budista passamos para o espaço construído do sagrado, com o ensaio de Paulo Telles de Lemos. Defendendo que o espaço do sagrado se apresenta, desde tempos imemoriais, como o princípio organizador do mundo, Lemos analisa a Capela de Ronchamp, de Le Corbusier, e a Capela das Águas, de Tadao Ando. A descrição da arquitectura desses espaços serve ao autor de trampolim para a discussão do seu valor simbólico. Erguida no topo de uma colina, a Capela de Ronchamp

evoca a Montanha Cósmica e denota a vontade de ligar o céu à terra. Por sua vez, a Capela das Águas, implantada num vale rodeado de montanhas, parece querer identificar-se com a natureza e, ao fazê-lo, contribui para a sua glorificação. Como Lemos evidencia, apesar de recorrerem a linguagens arquitectónicas distintas, ambas as capelas dão plena expressão ao desejo utópico de sentir o sagrado no espaço do humano e de, num movimento inverso, transcender o humano e atingir o sagrado.

Os dois ensaios que se seguem exploram, a diferentes níveis, a relação entre utopia e espiritualidade na obra de figuras proeminentes do pensamento português: D. António Ferreira Gomes e Agostinho da Silva. Na realidade, o primeiro ensaio, da autoria de Maria Luísa Malato Borralho, ultrapassa as fronteiras da análise do pensamento de D. António, já que, se por um lado se centra na consideração da peça de teatro que o antístite escreveu (*Herói e Santo*, 1931[?]), por outro lado examina o prefácio aos *Contos Exemplares* (1970) de Sophia de Mello Breyner Andresen. Em relação a ambos os textos, Luísa Malato sublinha a “cultura radical” de D. António, a sua busca genuína de Deus (apenas possível num ambiente de liberdade) e a defesa incondicional da ideia de justiça. São esses, afinal, os temas que, num diálogo implícito ou explícito, unem o pensamento de D. António ao de Sophia, subsumindo-se, na verdade, como a autora conclui, num só: o da espiritualidade como forma “residual” da liberdade, e como verdadeira utopia que o ser humano tem de saber conquistar.

O artigo de Jorge Bastos da Silva, debruçando-se sobre a série “Antologia – Introdução aos Grandes Autores”, uma iniciativa editorial de Agostinho da Silva lançada nos anos de 1940, examina a presença do tema da utopia no projecto pedagógico e de intervenção cívica do filósofo português, articulando os textos e as ênfases da “Antologia” com as reflexões críticas de Agostinho da Silva no domínio da espiritualidade. Entre os autores antologiadados encontram-se Thomas More – devendo-se a Agostinho da Silva a primeira versão portuguesa de um excerto de *Utopia* –, Erasmo, Damião de Góis, Voltaire, Victor Hugo e Dos-

>>

toievsky. No seu estudo, Bastos da Silva assinala que o antologia-dor permanece “atento a aspectos que se prendem com a experiência humana do poder, do trabalho, da riqueza, da arte, do sentimento de pertença a um grupo nacional, da espiritualidade, contrapondo-lhes um horizonte de subsunção da injustiça e da finitude que sugere vir corporizado naqueles que consagra como *grandes autores*”. Nesta perspectiva, os imaginários de cariz utópico ou utópico-religioso expressam um anseio de superação das limitações sociais e materiais em nome da plena consumação do humano em cada um e todos os indivíduos.

12>13

Os três últimos ensaios desta secção temática versam sobre autores estrangeiros e oferecem perspectivas interessantes da sua relação com a utopia. No seu texto sobre as *Prosas Portuguesas* (1728) de Rafael Bluteau, Ana Araújo Rafael evidencia a proximidade entre linguagem utópica e espiritualidade no pensamento deste padre estrangeirado a quem a cultura portuguesa tanto deve. Como explica Ana Rafael, a utopia tem uma presença concreta na obra de Bluteau não porque ele “tenha escrito alguma Utopia ficcionada, mas porque semeou de utopemas o seu discurso crítico”. O ensaio de Ana Rafael gravita aliás em torno da análise destes utopemas, que vão desde a representação do conhecimento como uma montanha (“símbolo ascensional”) à inversão do episódio bíblico da Torre de Babel e à representação do mundo como um círculo contendo, no seu “ponto interior, a cultura de Deus”. Como Ana Rafael conclui, nas circunferências, círculos, ilhas e montanhas de Bluteau, “não nos afastamos muito do universo utópico”; e ao tentar alcançar esses espaços (sem nunca, contudo, o conseguir), o ser humano continua a sua caminhada utópica.

Manuel Ferro, por sua vez, relaciona a obra de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos *Historia de las Cuevas de Salamanca* – que considera nas suas duas versões publicadas em Setecentos – com diversas tradições literárias, como sejam o romance cavaleiresco, a historiografia, a comédia de costumes e, naturalmente, a narrativa utópica, realçando os processos de paródia e

*pastiche* constituintes da novela. Ferro demonstra tratar-se de um caso interessante de conjugação do imaginário picaresco com a fantasia, que não deixa de remeter para as aspirações utópicas de uma existência situada no melhor dos mundos possíveis.

O texto de Sofia de Melo Araújo convida-nos a reflectir sobre as relações entre a utopia e o sagrado no romance *The Bell* (1958), de Iris Murdoch. Filósofa de formação e de profissão, Murdoch coloca as personagens num cenário utópico – Imber Court, uma comunidade situada entre uma abadia de freiras e a vila vizinha – e oferece ao leitor um lugar privilegiado para observar a forma como elas interagem e como permanentemente se constroem, desconstroem e contradizem. São sem dúvida questões de ética e de moral que presidem às existências filosóficas das personagens, num pano de fundo que, embora não sendo ideal, fica sem dúvida “às portas do ideal”. Como Sofia de Melo Araújo argumenta, “o ideal traduz-se na Abadia de reclusas, tornando-se Imber Court numa espécie de ilha menor e imperfeita que Utopos (ou, aqui, a Abadessa) permite existir junto da sua Utopia”. No seu ensaio, Sofia de Melo Araújo analisa a forma como Murdoch simultaneamente apresenta um projecto utópico e o submete a uma severa crítica que faz com que, no fim de contas, *The Bell* seja lido não como uma utopia ou uma distopia, mas como “a narração do fim da utopia”.

A secção temática destes *Cadernos de Literatura Comparada* sobre “Utopia e Espiritualidade” encerra com uma conversa com o Professor João Francisco Marques, professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que integrou o projecto *Utopias Literárias e Pensamento Utópico* no ano de 2006. A publicação de *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (Quasi Edições, 2007), obra agraciada pela Academia Portuguesa de História com o “Prémio Prof. Doutor Francisco Gama Caeiro”, na categoria “História das Mentalidades”, foi o pretexto para a conversa com o Professor João Marques, que discorreu, como sempre, de forma informada e interessante sobre a vocação utópica do nosso país.

>>

## Vária

A secção *Vária* acolhe um conjunto de quatro ensaios que incidem sobre a literatura do século XX, fazendo todavia notar diversas modalidades da sua intersecção com a literatura do passado.

Analisando *Finnegans Wake* com uma ferramenta crítica que se situa na área da Estética da Recepção, Márcia Lemos efectua uma leitura do texto joyceano que evidencia as suas qualidades metaficcionais. A esta luz, as reacções negativas da crítica e do leitor comum afiguram-se-lhe reveladoras do modo como a obra coloca a exigência da “participação do leitor ao nível da co-criação do texto”, desafio tanto maior quanto se trata de uma narrativa que foca “um mundo nocturno de sonhos” onde se expõe, não a consciência do sonhador, mas a sua inconsciência, desregrada, descontrolada e fragmentária.

Natascha Ueckmann equaciona diversas implicações do conceito estético-periodológico de neobarroco, cruzando-o com as problemáticas do pós-modernismo e da pós-colonialidade. A sua reflexão crítica incide sobre a literatura da América Latina, campo no qual põe em destaque o modo como certas matrizes do barroco histórico europeu são contemporaneamente retomadas por Alejo Carpentier, José Lezama Lima, Haroldo de Campos, Severo Sarduy e outros autores. Deste trânsito de códigos e referências entre continentes e épocas distintas retira Ueckmann a conclusão de que “enquanto, no contexto europeu, o barroco é tido como época de afastamento das normas estabelecidas e como um género de carácter marginal, na América Latina representa um conceito tipológico que serve para determinar a própria existência cultural”.

A Maria de Lurdes Sampaio – que contribui igualmente com uma longa recensão crítica de um volume dedicado à obra de Fernando Pessoa – deve-se um artigo sobre as “memórias de polícias”, género do qual recupera três espécies portuguesas publicadas ao longo do século XX, que não deixa de enquadrar

com exemplos franceses e britânicos. Sampaio aborda as representações de polícias e da metodologia da detecção – constatando a impopularidade da polícia e a simpatia popular pelos criminosos – e considera o modo como as tradições da narrativa criminal têm acompanhado reformas institucionais verificadas nos corpos de polícia. Neste contexto, procura localizar “a explicação para a exclusão da figura da polícia do universo da ficção e a atitude caricatural de alguns autores nacionais [...] em factores de ordem política e sociológica e em certas representações culturais dominantes na sociedade portuguesa da época”.

Biagio D’Angelo inicia o seu ensaio com uma reflexão sobre o hibridismo da literatura de viagem que, ao relatar uma história “aparentemente verdadeira”, reformula a “definição tradicional de literatura como ficção ou como artifício”. Propondo-se analisar “a relação que a escrita de viagem estabelece com o sentido do limite e da morte”, D’Angelo examina três romances contemporâneos: *Mongólia* (2003), de Bernardo Carvalho, *As Naus* (1988), de António Lobo Antunes, e *Foe* (1986), de J. M Coetzee. Para o ensaísta, estes romances poderão ser encarados como paradigmáticos das “alterações que a literatura de viagem sofre em concomitância com o novo mapeamento pós-colonial e a memória cultural”. <<

>>

---

## NOTAS

[1] As posições de carácter ideológico expressas nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

[2] A ausência de um texto sobre a primeira das religiões do Livro, o judaísmo, explica-se pela indisponibilidade demonstrada por parte de responsáveis por esta religião, por uma questão de agenda, para se fazerem representar no Colóquio “Utopia e Espiritualidade”.